

# IRAQUE, AFEGANISTÃO E OUTROS REBELDES

## RISEN E A POLÍTICA DO IMPROVISO

Pedro A. R. Esteves

JAMES RISEN

**Estado de Guerra  
– A História  
Secreta da CIA  
e da Administração  
Bush**

QuidNovi,  
2007, 270 páginas

O livro de James Risen, *Estado de Guerra – A História Secreta da CIA e da Administração Bush*, publicado em Portugal pela Editora QuidNovi este ano, foi originalmente lançado em 2006, provocando ondas de choque na Administração Bush. Não foram apenas as revelações sobre diversas operações secretas da Central Intelligence Agency (CIA) ou sobre o mega-«programa» de interceptação das comunicações da National Security Agency (NSA – Departamento de Defesa) a abalar a cena política norte-americana: foi sobretudo a forma crua como Risen pôs a claro a impreparação dos EUA para abordar a questão iraquiana, tragicamente comprovada pelos factos diariamente mediatizados, durante e depois da publicação do livro. Jornalista no *New York Times*, jornal para muitos considerado como o «porta-voz» da CIA, e vencedor do Prémio Pulitzer em 2006 pelo seu trabalho de investigação, em parceria com Eric Lichtblau, sobre o «Terrorist Finance Tracking Program», Risen é também digno de registo pela quantidade de *press releases* com origem na Casa Branca, no Departamento de Relações Públicas da CIA ou no Departamento de

Justiça, motivados pelos seus artigos de divulgação de informação classificada, publicados no *New York Times*.

### OS BONS E OS MAUS ESTADISTAS

O *Estado de Guerra* é, no essencial, uma peça jornalística bem organizada e, a fazer fé no autor, com suficientes fontes, colocadas nos locais certos na comunidade de *Intelligence* norte-americana. Não seguindo as regras de um trabalho de investigação académico, o livro apresenta leitura fácil, centrando-se em nomes e acontecimentos e não em teses ou doutrinas, apresentando um estilo cru e forçando mesmo simplificações que acabam por cativar o leitor. Por exemplo, a lógica simplificada e atractiva dos «bons estadistas» e dos «maus estadistas» está clara na abordagem de Risen quando escreve sobre o director da CIA entre 1997 e 2004, George Tenet (imagem de personalidade fraca e oportunista, deslumbrado pelos círculos do poder, pouco leal com os seus funcionários) – Tenet defende-se como pode no seu testemunho autobiográfico *At the Center of the Storm, my years at the CIA* (Harper Press, Londres, 2007) –, sobre o

secretário da Defesa Donald Rumsfeld (espécimen tentacular e brilhante, lobista genial), sobre o então director da NSA Michael Hayden (figura burocrática, eficiente mas apagado, nomeado director da CIA em Maio de 2006), sobre o secretário de Estado Powell (honesto e incompreendido, só contra Rumsfeld, atraído por Tenet), sobre a então conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice (desorganizada mas trabalhadora, centralizadora e arrogante) ou mesmo sobre o Presidente Bush (dominado pelo pai, pela parceria Cheney-Rumsfeld, salvando-se pela sua crença inocente no valor universal da democracia).

Os episódios compilados por Risen são, no entanto, mais interessantes. Risen centrou a sua abordagem do «Estado de Guerra» norte-americano não nas forças militares norte-americanas mas no papel operacional e político dos serviços de Intelligence ou de Informações dos EUA no processo de tomada de decisão. A CIA tem, naturalmente, o papel central no livro como primeiro responsável na avaliação dos teatros de guerra e da segurança externa norte-americana, enquanto a NSA e o seu programa de interceptação e controlo das interceptações das comunicações nos EUA (e entre estes e o exterior) são referidos apenas para frisar os abusos da Administração Bush nos meios utilizados para o combate ao terrorismo internacional. Ou seja, criou-se uma contradição política de fundo entre o objectivo universal de democratizar – que Risen considera genuíno em Bush – e a limitação das liberdades democráticas em nome desse objectivo maior.

No domínio do primeiro mandato de Bush, marcado pelo Contraterrorismo (CT) global, invasão e ocupação do Iraque, ocupação e gestão do Afeganistão, parceria com a Arábia Saudita em matéria de CT e programa nuclear do Irão, os protagonistas de Risen são a CIA e o Pentágono, duas faces de uma mesma moeda: as tensões e divergências existentes na Administração Bush. Ou de forma intencional ou porque as fontes de Risen provêm da CIA e do Departamento de Defesa, o Conselho de Segurança Nacional e o Departamento de Estado estão ausentes no processo de tomada de decisão na Casa Branca. O «trabalho de casa» foi todo ele, segundo Risen, bom ou medíocre, feito pela comunidade de informações.

Na sua ronda pelo papel da CIA, Risen traça um quadro que mistura improviso operacional com a politização dos serviços, daí resultando uma mistura explosiva de resistências internas e soluções apressadas, reflectidas na aplicação da tortura sobre terroristas islamitas, na criação de centros de detenção secretos, na transferência clandestina de presos. Embora referidas, situações como estas não são, no entanto, objecto de excessiva atenção por parte de Risen, que omite igualmente o desenvolvimento de juízos de valor morais sobre estes «exageros», talvez porque a luta antiterrorista não deva ser, nos EUA do pós-11 de Setembro, objecto de crítica.

#### **A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CIA NA CRISE IRAQUIANA**

A verdadeira preocupação do autor concentra-se sobre o envolvimento da CIA no

processo de decisão que culminou na invasão e ocupação iraquiana, que resalta neste livro como uma decisão política do Presidente Bush e dos seus próximos. O argumento de que o Iraque era um *rogue state* e que estava a ultimar um programa nuclear para fins militares serviria para a Administração Bush legitimar internacionalmente a operação sobre o Iraque. A CIA foi, assim, mandatada para obter provas que justificassem internacionalmente uma decisão, segundo Risen, há muito tomada pelo círculo próximo do Presidente Bush. O elemento de imprevisibilidade nesta opção veio a ser a falta de informação da CIA sobre a situação interna iraquiana e, mais grave ainda, sobre o estado dos alegados programas de ADM (Armas de Destruição Maciça) que supostamente justificariam a intervenção militar.

No meio de um conjunto de operações de propaganda e contra-informação falhadas, de programas de acção encoberta nunca aplicados – caso da criação de uma força paramilitar constituída por exilados iraquianos chamada «Escorpiões» para desestabilizar o regime de Saddam – e da total descoordenação ou mesmo antagonismo entre a CIA e o Pentágono (a «relação especial» entre o exilado iraquiano Ahmed Chalabi e Rumsfeld nunca foi bem aceite pela CIA, que excluía Chalabi como alternativa ao regime de Saddam Hussein) – a primeira constatou não ter informação actualizada, agentes no terreno ou fontes no Iraque. A pressão política obrigou os serviços secretos norte-americanos a improvisar, recorrendo a familiares de elementos directa ou indirectamente envol-

vidos no complexo militar-industrial iraquiano. O caso de Sawsan Alhaddad, uma imigrante iraquiana nos EUA utilizada pela CIA por ser irmã de um engenheiro iraquiano, expressa o desespero dos serviços americanos em obter dados sobre o programa nuclear iraquiano e, sobretudo, em confirmar a sua existência. Porém, esta confirmação nunca veio a acontecer, não obstante a defesa do caso no Conselho de Segurança da ONU pelo próprio secretário de Estado Powell, coadjuvado pelo director da CIA Tenet. Segundo Risen, sempre baseando-se em fontes da comunidade de informações, o programa nuclear iraquiano, ainda em fase de pesquisa, foi destruído em 1991 durante um bombardeamento da Força Aérea dos EUA, de forma não intencional. Os americanos acreditavam estar a bombardear instalações da Comissão de Industrialização Militar do Iraque (CIM) quando, na verdade, os alvos eram as instalações de enriquecimento de urânio de Tarmiya, conhecidas localmente como a Fábrica de Safa. Segundo o autor, todas as fontes consultadas no Iraque confirmaram esta versão, muitas das quais longe de se destacarem como apoiantes activos do regime de Saddam. A verdade, que corre a favor de Risen, é que até hoje não foi encontrada uma única prova que confirmasse a versão oficial da Casa Branca. A tese de que Saddam poderia ter transferido as armas ou equipamentos para a Síria colhe igualmente poucos apoiantes, não havendo indícios que apontem neste sentido.

A ocupação do Iraque poderia ter sido planeada de forma estruturada face às facilidades encontradas pelos militares norte-

-americanos durante a invasão. Porém, Risen afirma peremptoriamente que nada havia sido previsto pela Administração Bush e que a CIA nada tinha planeado. De novo, foi Rumsfeld que avançou com um projecto de criação de um governo no exílio, igualmente sem consequências.

A destruição do regime significou a destruição da estrutura do Estado no Iraque, nada sobrando do antigo aparelho do partido Baas mas também não tendo sido criada qualquer alternativa de poder, susceptível de manter as funções básicas do Estado. As consequências, hoje conhecidas e visíveis, não se fizeram esperar. Risen não deixa de sair em defesa de muitos altos quadros da CIA que avisaram a Administração para uma guerra civil iminente e para a transformação do Iraque num santuário do terrorismo internacional. Todos os alertas, incluindo os produzidos pela «Estação» da CIA em Bagdade, foram ignorados e os seus autores, por vezes, punidos por divergirem da linha oficial do Governo.

### **O FIASCO AFEGÃO**

O Afeganistão surge, nesta obra, como um novo pilar do fracasso externo norte-americano. Risen aponta um erro estratégico de Bush: invadir o Iraque sem que tivesse concluído as operações militares e de CT sobre a Al-Qaida no Afeganistão. Apesar da imagem de sucesso que a operação dos EUA no Afeganistão, neutralizando os Talebans, ainda mantinha, não tardou que ficassem visíveis a persistência de focos de resistência insurreccional no interior do território e o agravamento da posição do país como «narco-Estado».

A influência de Rumsfeld sobre as opções políticas no Afeganistão é acentuada, em contraste com o desalento e frustração de Powell, apresentado sempre como um político em perda. A necessidade de recorrer a alianças tribais levou os EUA a ignorar o aumento da produção de heroína e ópio no Afeganistão, da qual dependem muitos dos seus principais aliados tribais, entre os quais alguns «senhores da guerra». Nunca os EUA avançaram com operações militares eficazes com vista à destruição dos campos de produção de droga – é referida a existência de 25 alvos iniciais. Para o autor, as razões que motivaram a ocupação do Afeganistão foram também desvirtuando-se gradualmente: quatro anos depois do 11 de Setembro, as operações militares no Afeganistão tinham mais a ver com a manutenção da estabilidade no Governo de Karzai do que com o combate ao terrorismo, escreve Risen.

Risen toca ainda nas relações entre os EUA e a Arábia Saudita enquanto parceiros na luta antiterrorista, mostrando-se muito crítico em relação à preparação e vontade sauditas. Um episódio interessante relaciona-se com o facto de muitos dos computadores do serviço secreto saudita usarem como imagem de fundo o próprio Bin Laden.

A operação Merlin conclui o livro, sem que acrescente muito mais do que a história de uma operação improvisada da CIA com o objectivo de entregar aos iranianos planos nucleares errados, a fim de sabotar o esforço de pesquisa nuclear em desenvolvimento no Irão – neste tema, assim como noutros, sublinham-se algumas imprecisões dos destaques da contracapa do livro,

não obstante as excelentes tradução e encadernação que a QuidNovi nos oferece.

James Risen deixa-nos, enfim, neste *Estado de Guerra* um conjunto de episódios interessantes e sensacionais que caracterizam a política externa norte-americana do pós-11 de Setembro: a instrumentalização dos serviços secretos pelo Presidente em actividades de desinformação (a saga das ADM no Iraque), contribuindo para o seu descrédito e crise interna; a indefinição do circuito de tomada de decisão pela Casa Branca – a omnipresença de Donald Rumsfeld, a natureza acrítica de Tenet e a retirada de Powell; e a irracionalidade da pretensão de se manterem duas frentes militares simultâneas (Iraque e Afeganistão), para as quais os EUA não estavam preparados, nem em meios nem em informações.

O autor poderia não pretender avançar mais do que até aqui, optando, como o fez, por se cingir à divulgação de episódios que explicam, parcialmente, as razões de alguns dos fracassos norte-americanos no Iraque e no Afeganistão. Porém, a obra não deixa de parecer inacabada por não oferecer duas respostas que são essenciais na com-

preensão da política norte-americana dos últimos seis anos: qual a razão, seja esta geopolítica, geoeconómica ou pessoal, pela qual o Presidente Bush decidiu invadir o Iraque; e quais as soluções futuras para a região com os actuais protagonistas da Administração norte-americana e com a saída de Tenet, Rumsfeld ou Powell. Numa entrevista posterior, James Risen considerou que os *checks and balances* que mantiveram a política externa e de segurança norte-americana no centro foram quebrados com Bush. Para que Risen e o seu livro pudessem exceder-se, assumindo-se como algo mais do que uma compilação de «furos» jornalísticos, teria sido interessante que Risen tivesse explicado os porquês da «descentralização» da política externa norte-americana, preocupando-se mais com as razões e menos com os episódios secretos da antecâmara do poder norte-americano. No entanto, Risen, como jornalista experiente que é, sabia que seriam estes a tornar o livro num *best-seller* internacional, reforçando a sua imagem implacável na cobertura e divulgação pública das opções secretas americanas em matéria de segurança. **RI**